



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 56023/20

Folha  
1/2

2. AGENDAS: 01 [X] FEAM 02 [ ] IEF 03 [ ] IGAM Hora: 10:00 Dia: 27 Mês: julho Ano: 2020

3. Motivação: [ ] Denúncia [ ] Ministério Público [ ] Poder Judiciário [ ] Operações Especiais do CGFAI [ ] SUPRAM [ ] COPAM/CRH [X] Rotina

4. Finalidade	FEAM: [ ] Condicionantes [ ] Licenciamento [ ] AAF [ ] Emergência Ambiental [ ] Acompanhamento de projeto [X] Outros
	IEF: [ ] Fauna [ ] Pesca [ ] DAIA [ ] Reserva Legal [ ] DCC [ ] APP [ ] Danos em áreas protegidas [ ] Outros
	IGAM: [ ] Outorga [ ] Outros

5. Identificação	01. Atividade: Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos)	02. Código: D-01-02-4	03. Classe: 6	04. Porte: G	
	05. Processo nº: 00270/1990/018/2019	06. Órgão:	07. [ ] Não possui processo		
	08. Nome do Fiscalizado: BRF S.A. (UNIDADE FRIGORÍFICO)		09. [ ] CPF 10. [x] CNPJ 01.838.723/0438-70		
	11. RG:	12. CNH-UF	13. [ ] RGP [ ] Tit. Eleitoral		
	14. Placa do veículo – UF	15. RENAVAM	16. Nº e tipo do documento ambiental		
	17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica)		18. Inscrição Estadual - UF		
	19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia AVENIDA CORONEL JOSÉ TEÓFILO CARNEIRO		20. Nº / KM Nº 1.001	21. Complemento ALA 01	
	22. Bairro/Logradouro: SÃO JOSÉ		23. Município: UBERLÂNDIA		
	25. CEP: 38.401-344		26. Cx Postal	27. Fone:	28. E-mail
	24. UF: MG				

6. Local da Fiscalização	01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc. AVENIDA CORONEL JOSÉ TEÓFILO CARNEIRO							
	02. Nº / KM Nº 1.001	03. Complemento ALA 01	04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: SÃO JOSÉ					
	05. Município UBERLÂNDIA - MG			06. CEP: 38.401-344		07. Fone		
	08. Referência do local							
	09. Coord.	Geográficas	DATUM [X] SAD 69 [ ] Córrego Alegre	Latitude Grau Minuto Segundo			Longitude Grau Minuto Segundo	
Planas UTM		FUSO 22 23 24	X=         (6 dígitos)			Y=         (7 dígitos)		

07	10. Croqui de acesso	

01. Assinatura do Agente Fiscalizador	02. Assinatura do Fiscalizado
---------------------------------------	-------------------------------

1ª Via Fiscalizado – 2ª Via Órgão Ambiental – 3ª Via Ministério Público – 4ª Via Bloco



A Feam verificou o atendimento dos empreendimentos declarantes à deliberação normativa conjunta COPAM / CERH número 01 de 2008, que estabelece em seu artigo 39 que o responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior.

Assim, foi realizada consulta às declarações de carga poluidora recebidas, tendo sido constatado o descumprimento por parte deste empreendimento decorrente da não entrega, no prazo determinado pelo COPAM, das declarações de carga poluidora nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

## 8. Relatório Sucinto

## 9. Assinaturas

01. Servidor (Nome Legível)	<b>MASP</b>	Assinatura
Maria do Carmo Fonte Boa Souza	1043868-7	<i>Maria do Carmo F. B. Souza</i>
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome Legível)	<b>MASP</b>	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome Legível)	<b>MASP</b>	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado [Nome Legível]	Função/Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: nº 227800 / 20

Lavrado em Substituição ao AI nº: — /

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº 56023/20 de 27/07/2020  
☐ Boletim de Ocorrência nº: — de / /

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☒ SIM ☐ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:

☒ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SUPRAM ☐ SUFIS ☐ PMMG ☐ SUPRI

Local: Belo Horizonte  
Dia: 28 / 07 / 2020 Hora: 11:00

4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: BRF S.A. (unidade frigorífico)			
	Data Nascimento: —	Nome da Mãe: —		
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 01.838.723/0438-70	<input type="checkbox"/> Outros: —		
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Avenida Coronel José Teófilo Carneiro			
	Nº. / km: n.º 1.001	Complemento: Ala 01		
Bairro/Logradouro: São José		Município: Uberlândia	UF: MG	
CEP: 38-405-344		Cx Postal: —	Fone: ( ) —	E-mail: —

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: —	<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: —	Vínculo com o AI Nº: —
	Nome do 2º envolvido: —	<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: —	Vínculo com o AI Nº: —

6. Descrição Infração	Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM - CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2009, ano base 2008.	
-----------------------	--	--

7. Coordenadas/ local da Infração	Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Grau Min Seg	Longitude: Grau Min Seg
	Planas: UTM FUSO 22 23 24	X= (6 dígitos)	Y= (7 dígitos)
	Local: —		

8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	83	I	116	—	—	44.844/08	7712/80	—	—	—	—

9. Atenuentes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
<del>—</del>										

10. Reincidência ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte/Classe	Penalidade		Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	Gravíssima	G	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 56.145,59	—	—	
	ERP: —	Kg de pescado: —	Valor ERP por Kg: —	Total: R\$ 56.145,59			
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: — ( )						
	Valor total das multas: — ( )						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de — dias para atender as recomendações constantes no campo 12. No caso de multa simples no valor de — ( )							

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	<del>—</del>					
--	--------------	--	--	--	--	--

13. Depositário	Nome Completo: —		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG: —
	Endereço: Rua, Avenida, etc. —		Nº / km: — Bairro / Logradouro: — Município: —
	UF: — CEP: —	Fone: —	Assinatura: —

14. O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NAJ-FEAM, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rodovia Papa João Paulo II, 4143-1º andar - BH - MG F: (031) 3915-1436

15. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) M. do Carmo F. B. Souza	MASP: 1043868-7	Assinatura do servidor: M. do Carmo F. B. Souza
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)	Função/Vínculo com Autuado:	Assinatura do Autuado/Representante Legal





Local: <u>Belo Horizonte</u>		Dia: <u>28</u>		Mês: <u>07</u>		Ano: <u>2020</u>		Hora: <u>11:00</u>	
1. Descrição da Infração: <u>Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2010, ano base 2009.</u>									
2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.	
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)	
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução
		<u>83</u>	<u>I</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.844/08</u>	<u>7772/80</u>	<u>-</u>
4. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes		
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Aumento
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica							
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
		<u>Gravíssima G</u>		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			<u>R\$ 55.157,82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$	<u>55.157,82</u>
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ( )							
		Valor total das multas: R\$ ( )							
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ( )							
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações									
8. Depositário		Nome Completo:			CPF:		CNPJ:		RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.			Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:		
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:				
9. Descrição da Infração		<u>Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2011, ano base 2010.</u>							
10. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.	
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)	
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução
		<u>83</u>	<u>I</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.844/08</u>	<u>7772/80</u>	<u>-</u>
12. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes					Agravantes		
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Aumento
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica							
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
		<u>Gravíssima G</u>		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			<u>R\$ 60.184,96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$	<u>60.184,96</u>
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ( )							
		Valor total das multas: R\$ ( )							
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ( )							
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações									
16. Depositário		Nome Completo:			CPF:		CNPJ:		RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.			Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:		
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:				
17. Assinaturas		01. Servidor (Nome Legível)			MASSP:		Assinatura do servidor:		
		<u>Mº do Carmo F. B. Souza</u>			<u>1043863-7</u>		<u>Mº do Carmo F. B. Souza</u>		
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)			Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal:		





CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 227800 / 20 20

Local: Belo Horizonte Dia: 28 Mês: 07 Ano: 2020 Hora: 11:00

1. Descrição da Infração: Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2012, ano base 2011.

2. Coordenadas da Infração: Geográficas: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos) Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos) Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= DN Port. Nº Órgão

3. Embasamento legal: Artigo 83 Anexo I Código 116 Inciso - Alínea - Decreto/ano 44.844/08 Lei/ano 7772/80 Resolução - DN - Port. Nº - Órgão -

4. Agravantes / Agravantes: Atenuantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Aumento

5. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração Gravíssima G Porte G Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor R\$ 64.262,96 Valor ERP por Kg: R\$ 64.262,96 Total: R\$ 64.262,96

7. Demais penalidades/Recomendações/Observações: No caso de advertência, o autuado possui o prazo de 07 dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ 64.262,96

8. Depositário: Nome Completo: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - Endereço: Rua, Avenida, etc. - Assinatura: - UF: - CEP: - Fone: -

9. Descrição da Infração: Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2012, ano base 2012.

10. Coordenadas da Infração: Geográficas: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min. Seg. (6 dígitos) Longitude: Grau Min. Seg. (7 dígitos) Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= DN Port. Nº Órgão

11. Embasamento legal: Artigo 83 Anexo I Código 116 Inciso - Alínea - Decreto/ano 44.844/08 Lei/ano 7772/80 Resolução - DN - Port. Nº - Órgão -

12. Agravantes / Agravantes: Atenuantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alínea Aumento

13. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☒ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração Gravíssima G Porte G Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor R\$ 69.022,46 Valor ERP por Kg: R\$ 69.022,46 Total: R\$ 69.022,46

15. Demais penalidades/Recomendações/Observações: No caso de advertência, o autuado possui o prazo de 07 dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ 69.022,46

16. Depositário: Nome Completo: - Nº / km: - Bairro / Logradouro: - Município: - Endereço: Rua, Avenida, etc. - Assinatura: - UF: - CEP: - Fone: -

17. Assinaturas: 01. Servidor: (Nome Legível) Mº do Carmo Fontes Boa Souza MASP: 1043868-7 Assinatura do servidor: Mº do Carmo Fontes Boa Souza 02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) - Função/Vínculo com Autuado: - Assinatura do Autuado/Representante Legal: -



Local: <b>Belo Horizonte</b>		Dia: <b>28</b>		Mês: <b>07</b>		Ano: <b>2020</b>		Hora: <b>11:00</b>		
<b>1. Descrição da Infração</b> Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2014, ano base 2013.										
<b>2. Coordenadas da Infração</b>		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:		
		Planas: UTM		FUSQ 22 23 24		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.		
<b>3. Embasamento legal</b>		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	
		83	I	116	-	-	44.844/08	7772/80	-	-
<b>4. Atenuantes / Agravantes</b>										
Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alínea		Redução		
Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alínea		Aumento		
<b>5. Reincidência</b> <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica										
<b>6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP</b>		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total	
		Gravíssima G		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			R\$ 72.791,43	-	-	
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$			Total: R\$	72.791,43		
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:								
<b>7. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações</b>		Valor total das multas: R\$:								
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:								
<b>8. Depositário</b>		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:					
<b>9. Descrição da Infração</b>		Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2015, ano base 2014.								
<b>10. Coordenadas da Infração</b>		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:		
		Planas: UTM		FUSQ 22 23 24		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.		
<b>11. Embasamento legal</b>		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	
		83	I	116	-	-	44.844/08	7772/80	-	-
<b>12. Atenuantes / Agravantes</b>										
Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alínea		Redução		
Nº		Artigo/Parág.		Inciso		Alínea		Aumento		
<b>13. Reincidência</b> <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica										
<b>14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP</b>		Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total	
		Gravíssima G		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			R\$ 75.128,42	-	-	
		ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$			Total: R\$	75.128,42		
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:								
<b>15. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações</b>		Valor total das multas: R\$:								
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$:								
<b>16. Depositário</b>		Nome Completo:						<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:	<input type="checkbox"/> RG:
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:	Bairro / Logradouro:	Município:
		UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:					
<b>17. Assinaturas</b>		01. Servidor: (Nome Legível)				MASSP:		Assinatura do servidor:		
		Mº do Carmo F. B. Souza				1043868-7		Mº do Carmo F. B. Souza		
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)				Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legít:		





Local: <u>Belo Horizonte</u>		Dia: <u>28</u> Mês: <u>07</u>		Ano: <u>2020</u>		Hora: <u>11:00</u>							
1. Descrição da Infração		<u>Descumprimento do artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COM CERH nº 01/2008 pela não entrega da declaração de carga poluidora 2016, ano base 2015.</u>											
2. Coordenadas da Infração		Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.							
Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)							
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano						
		<u>83</u>	<u>I</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.844/08</u>						
							<u>7772/80</u>						
4. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes				Agravantes							
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento		
5. Recidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade				Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
		<u>Gravíssima G</u>		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				<u>R\$ 83.074,72</u>					
		ERP:		Kg de pescado:				Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		<u>83.074,72</u>		
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ( )											
		Valor total das multas: R\$ <u>535.768,36</u> (Quinhentos e trinta e cinco mil e setecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos)											
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ( )											
7. Demais penalidades/Recomendações/Observações													
8. Depositário		Nome Completo: _____						<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____					
		Endereço: Rua, Avenida, etc. _____						Nº / km: _____		Bairro / Logradouro: _____			
		UF: _____ CEP: _____						Fone: _____		Assinatura: _____			
9. Descrição da Infração													
10. Coordenadas da Infração		Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau Min. Seg.		Longitude: Grau Min. Seg.							
Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)							
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão	
12. Atenuantes / Agravantes		Atenuantes				Agravantes							
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento		
13. Recidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade				Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
				<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária									
		ERP:		Kg de pescado:				Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$				
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ( )											
		Valor total das multas: R\$ ( )											
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de ..... dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ( )											
15. Demais penalidades/Recomendações/Observações													
16. Depositário		Nome Completo: _____						<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____ <input type="checkbox"/> RG: _____					
		Endereço: Rua, Avenida, etc. _____						Nº / km: _____		Bairro / Logradouro: _____			
		UF: _____ CEP: _____						Fone: _____		Assinatura: _____			
17. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível) <u>Mº do Carmo F. B. Souza</u>						MAEP: <u>1043868-7</u>		Assinatura do servidor: <u>Mº do Carmo F. B. Souza</u>			
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) _____						Função/Vínculo com Autuado: _____		Assinatura do Autuado/Representante Legal: _____			







**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
**Núcleo de Auto de Infração**

Decisão FEAM/NAI nº. \_/2023

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2023.

**DECISÃO**

<b>1.1 Número do Auto de Infração</b>	227800/2020
<b>1.2 Número do Processo</b>	721994/21
<b>1.3 Nome/Razão Social</b>	BRF S/A
<b>1.4 CPF/CNPJ</b>	01.838.723/0430-12

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C §1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e da análise, decide **cancelar** as infrações pela não entrega das DCP's dos anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e **manter** a infração pela não entrega da declaração de carga poluidora 2016, ano base 2015, com multa no valor de R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), com fulcro no art. 112, anexo I, código 112, do Decreto nº 47.383/2018 e Parecer da AGE nº 16.519/2022.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento do valor da multa, devidamente atualizada, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei.

Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

**Rodrigo Gonçalves Franco**

**PRESIDENTE**



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Gonçalves Franco, Presidente(a)**, em 15/12/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **78245310** e o código CRC **23B2965F**.



À FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS –  
FEAM

(CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM)

Auto de Infração nº 227800/2020

Processo nº 2090.01.0000908/2020-05

BRF S.A., pessoa jurídica privada, inscrita no CNPJ sob o nº 01.838.723/0001-27, com sede à Rua Jorge Tzachel, nº 475, Bairro Fazenda, Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88.301-600, vem, por intermédio de seus procuradores que esta subscrevem, com o devido respeito diante de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 5º, LV da Constituição Federal, artigo 71, III da Lei n.º 9.605/98, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face de **Decisão Administrativa** emitida no Auto de Infração acima epigrafado, requerendo desde já, seja a mesma recebida e encaminhada ao Departamento responsável, nos termos legais e regulamentares, passando a expender, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito.

1) DA TEMPESTIVIDADE



Segundo redação conferida na própria notificação de julgamento em primeira instância, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, o prazo assinalado para protocolo do presente recurso administrativo é de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação. Atentando para o fato de que a Autuada recebeu a notificação de julgamento em 28/05/2024, o prazo se finda somente em 26/06/2024, concluindo-se pela tempestividade do presente recurso, restando, desde já, impugnadas quaisquer alegações em contrário.

Dessarte, protocolado o Recurso em 24/06/2024, o presente Recurso Administrativo é tempestivo, devendo ser analisado em sua plenitude.

## 2) **BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO**

Trata-se de Auto de Infração Ambiental n.º 227800/2020, lavrado na data de 27/07/2020, em desfavor da BRF, ora Recorrente, por descumprimento do art. 39, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM – CERH nº 01/2008, pela não entrega de declaração de carga poluidora nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

A referida infração foi enquadrada no art. 83, inciso I, código 116, do Decreto 44.844/08, conforme o disposto no Auto de Infração, resultando em multa no valor de R\$ 535.768,36 (quinhentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Notificada, a Recorrente apresentou Defesa Administrativa, pugnando pela insubsistência do AI, tendo em vista a prescrição punitiva ambiental por decorrência de mais de 5 (cinco) anos do cometimento das infrações de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Por sua vez, em análise e julgamento proferido pela FEAM, o órgão concluiu pelo cancelamento das infrações pela não entrega das DCP's dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e manteve a infração do ano de 2016, com multa no valor de R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), restando a multa minorada para o referido valor.



Desse modo, o presente recurso visa a reformulação da decisão proferida, uma vez que a infração do ano de 2016 possui valor de penalidade aplicado acima do mínimo legal referente à infração cometida. Assim, há de ser reformada a decisão ora recorrida, porquanto proferida em dissonância com as normas aplicáveis à espécie, inviabilizando, portanto, a aplicação correta das normas aplicáveis, conforme se passa, pormenorizadamente a delinear.

### 3) DO MÉRITO.

#### 1) Da ausência de comprovação de Dano Ambiental.

Primeiramente, é necessário entender que, segundo o artigo 3º, da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981, entende-se por meio ambiente: "I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;".

Meio ambiente é a combinação de vários fatores físicos, químicos e biológicos que permitem a vida em todas as suas formas. Portanto, proteger o meio ambiente corresponde a manter a harmonia física, química e biológica do espaço que conserva todas as formas de vida.

Nessa linha, o dano ambiental é caracterizado como uma lesão que gera alteração, prejuízo de um fator ambiental ou ecológico (ar, água, solo, floresta, clima etc.), que resulta na uma modificação – **para pior** – da condição do equilíbrio ecológico do ecossistema local ou abrangente.

Todavia, qual foi o dano ambiental comprovado no Auto de Infração? Qual piora foi causada no meio ambiente?

No caso em epígrafe, não é suficiente para responsabilizar a Apelante, o simples fato de o agente de fiscalização ter enquadrado conduta em tipo infracional, sem qualquer subsídio técnico que o confirme. Afinal, a responsabilização no âmbito administrativo (assim como no penal e ao contrário do regime civil) exige a



prova do elemento subjetivo, além, é claro, do nexo de causalidade e a existência de um dano efetivo.

Logo, o Auto de Infração aqui questionado decorre da presunção de ocorrência de nexo causal e de dano ambiental, e não de prova propriamente dita, cuja ausência afasta a higidez do referido ato administrativo, até porque este goza de certa presunção de veracidade e legitimidade, competindo à Administração comprovar os componentes fáticos da constituição do ato – isto é, a autoria e a materialidade da infração ambiental.

Assim como no Direito Penal, a imposição de penalidades administrativas não pode ser baseada em indícios; por consequência, não se afigura possível que o administrado seja autuado por simples presunção.

Aliás, o art. 79 da Lei Federal 9.605/98 dispõe expressamente que as normas previstas no Código Penal e do Código de Processo Penal se aplicam subsidiariamente a ela, sendo cabível, portanto, o princípio do in dubio pro reo.

O agente de fiscalização deveria ter considerado que em sede de processo administrativo sancionador vigora o princípio da verdade material. Desta forma, incumbia ao agente público apurar com exatidão o dano ambiental ao invés de automaticamente lavrar o Auto de Infração e seus acessórios fundado em simples ilações desprovidas de qualquer indício.

Em sede de infração administrativa ambiental, o simples juízo de probabilidade utilizado para imputar infração e a sucessiva sanção não podem ser admitidos, e se faz essencial a perfeita indicação da autoria e identificação da relação de causalidade com a infração.

Portanto, considerando os argumentos expostos, requer-se a declaração de nulidade dos atos administrativos consubstanciados no Auto de Infração em questão.



**III) Da aplicação de penalidade correspondente ao mínimo legal**  
**- Necessidade de conversão em medida mais branda.**

As penalidades impostas devem guardar relação de proporcionalidade, devendo-se fundamentar a própria dosimetria das penas em eventual condenação administrativa, garantindo-se provimento equânime e parametrizado nos termos da legislação ordinária incidente, evitando-se perdas e ônus anormais e excessivos, sendo balizado, inclusive, por "**circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente**". Nesta toada, veja-se o art. 22 da LINDB:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, **serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.**

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e **os antecedentes do agente.**

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Nesse aspecto, vale menção ao art. 20 da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42), que determina o dever de transparência, concretude e proporcionalidade nas decisões públicas:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.



Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

A exigência de proporcionalidade, constitucionalmente garantida, é ditame a ser seguido à risca por todas as autoridades, sob risco de estar-se infringindo princípio de natureza constitucional e de eminente força normativa.

Dessa forma, a aplicação da sanção está diretamente relacionada à gravidade das infrações, ou seja, diante de uma conduta de menor gravidade, a pena aplicada deverá ser inferior a uma pena imposta a uma conduta com maior gravidade.

No caso em questão, observa-se que a autuação se tratou de uma questão formal sem danos efetivamente causados ao meio ambiente, como comprovado anteriormente, e que foi devidamente adequada pela empresa.

Sendo assim, observa-se que as multas são legítimas e previstas na lei. No entanto, tornam-se ilegítimas, ilegais e perdem sua finalidade social, quando o valor arbitrado vai contra à proporcionalidade e a razoabilidade, deixando de considerar todos os fatos do caso em concreto.

De acordo com o artigo 27, inciso III, alíneas a, b, c, d, e, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01, de 05 de maio de 2008, para que a aplicação da penalidade seja realizada de acordo com a legislação ambiental pertinente, o agente de fiscalização deve considerar a gravidade do fato, levando em consideração suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, os antecedentes em tal conduta e a colaboração do infrator com os órgãos ambientais, como se observa:

(...)

III - lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:



(Caput com redação dada pelo art. 2º do Decreto nº 46.381, de 20/12/2013.)

**a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;**

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e

**e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta;** e

Nessa toada, resta claro que a infração objeto autuação deveria ser classificada uma infração leve, tendo em vista que se tratou apenas de mero erro formal. Entretanto, segundo o art. 83, referente ao Anexo I, código 116, do Decreto Estadual 44.844/08, referida infração é classificada como gravíssima, com valor de multa de R\$ 50.001,00.

Ou seja, caso ainda seja aplicada a penalidade à empresa, o cálculo utilizado para a definição da sanção imposta deveria ter como base todos os critérios dispostos na lei. No caso em tela, o AI apenas indicou os critérios relacionados à gravidade da infração e porte da empresa, deixando de avaliar os antecedentes do infrator, efetividade das medidas adotadas e colaboração com os órgãos ambientais.

Ainda, com relação ao tipo do artigo 83, Anexo I, código 116, do Decreto 44.844/08, é previsto o valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais) para esse tipo de infração. De acordo a legislação em vigor, a ausência de fundamentação para aplicação de multa base acima do mínimo legal, torna o AI nulo de pleno direito. Por se tratar o caso concreto de aplicação de penas-base em valores muito acima do mínimo sem qualquer fundamentação nos autos o presente AI deve ser considerado NULO.



Com efeito, vale destacar a disposição do art. 12 da Instrução Normativa nº 10/12 do IBAMA, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, no âmbito do IBAMA. Regulação que pode ser subsidiariamente aplicada à hipótese, confirmando a necessidade de justificativa para imposição de sanção de multa acima do mínimo legal.

O Auto de Infração deveria ter, expressamente, analisado e aplicado todos os critérios dispostos na lei para então indicar expressamente o motivo da elevação da multa base para além mínimo legal, sob pena de imposição de multa manifestamente nula.

Cabe relembrar o princípio da legalidade, presente na Constituição Federal, que está estritamente ligado com o princípio da autonomia da vontade, sendo que enquanto para o particular é lícito fazer o que a lei não proíbe, para a Administração Pública não existe espaço para vontades particulares, devendo, o agente público atuar sempre com a finalidade de atingir o interesse comum, agindo, estritamente, de acordo com o que a lei dispõe:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF 88).

Para o caso em tela, notadamente se verifica que não foi observado o princípio da legalidade, vez que não foram levados em conta os critérios objetivos dispostos na legislação que deveriam ter sido utilizados para a dosimetria da sanção de multa aplicada no presente caso.

Nesse sentido, mister rememorar que restou comprovada a inexistência de dano ambiental por parte da conduta da BRF, tendo em vista



No presente caso, fato é que a irregularidade apontada no AI, não seria grave a ponto de justificar a aplicação de uma multa de R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Desta análise, eventual aplicação de sanção à Autuada deverá ser reduzida, tendo em vista a necessidade de atendimento aos critérios dispostos na lei para dosimetria da multa, sob pena de ofensa flagrante ao princípio da legalidade, norteador da Administração Pública, além da necessidade de aplicação do valor mínimo legal, com fundamento no art. 83, referente ao Anexo I, código 116, do Decreto Estadual 44.844/08, no valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais).

## **5) PEDIDOS.**

a) Diante das premissas retro expendidas, requer, a reforma da decisão, vez que:

a.1) não foi comprovado dano ambiental no caso em questão;

a.2) necessidade de aplicação de multa ao mínimo legal aplicável.

b) De forma subsidiária, eventual penalidade deve limitar-se ao mínimo patamar aplicável, na medida em que a Autuada jamais agiu com dolo ou má-fé, além de não haver comprovação do suposto dano causado. Não entendendo Vossa Senhoria dessa forma, eventual penalidade de multa ou sanções pessoais, deverão observar ao Princípio da Dosimetria da Pena em sua aplicação.

c) Além das provas pré-constituídas, protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, consoante o disposto no art. 369 do Código de Processo Civil e, principalmente através da produção de prova testemunhal,



documental e pericial, a fim de fortalecer todos os fatos já alegados, para elucidação em caso de dúvidas.

d) Requer, por derradeiro, que seja assegurada a previsão legal para que, após a instrução, caso necessário, a Autuada possa requerer a conversão de multa em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente até o momento da sua manifestação em alegações finais.

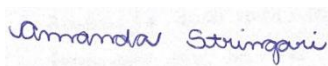
Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Curitiba/PR, 18 de maio 2024.



Carlos Araújo Filho  
OAB/PR 27.171



Rafaela Aíex Parra  
OAB/PR 49.306



Amanda Stringari  
OAB/PR 119.329





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
**Núcleo de Auto de Infração**

Belo Horizonte, 01 de julho de 2024.

**Autuado:** BRF S/A – UNIDADE FRIGORÍFICO

**Processo nº** 721994/2021

**Referência:** Recurso relativo ao Auto de Infração nº 227800/2020, infração gravíssima, porte grande.

***ANÁLISE nº 158/2024***

***I) RELATÓRIO***

A Sociedade empresária em referência foi autuada como incurso no artigo 83, Código 116, do Decreto nº 44.844/2008, ante a prática das seguintes irregularidades:

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2009, ANO BASE 2008*  
*MULTA SIMPLES: R\$56.145,59*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2010, ANO BASE 2009*  
*MULTA SIMPLES: R\$55.157,82*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2011, ANO BASE 2010*  
*MULTA SIMPLES: R\$60.184,96*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2012, ANO BASE 2011*  
*MULTA SIMPLES: R\$64.262,46*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2013, ANO BASE 2012*  
*MULTA SIMPLES: R\$69.022,46*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2014, ANO BASE 2013*  
*MULTA SIMPLES: R\$72.791,43*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2015, ANO BASE 2014*  
*MULTA SIMPLES: R\$75.128,42*

*DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 39 DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM CERH Nº 01/2008 PELA NÃO ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CARGA POLUIDORA 2016, ANO BASE 2015*  
*MULTA SIMPLES: R\$83.074,72*

A Autuada protocolizou tempestivamente sua defesa, cujos pedidos foram indeferidos, tendo sido mantida somente a autuação pela não entrega da DCP 2016, ano base 2015, em razão da incidência do disposto no Parecer da AGE nº 16.519/2022, que faz referência às Notas Jurídicas PRO FEAM nº 50/2021 e AGE nº 6.007/2022.

Regularmente notificada da decisão em 27/05/2024, a Autuada protocolou Recurso em 20/06/2024, por meio do qual contrapôs, em síntese, que:

- não haveria dano ambiental, devendo ser anulado os atos administrativos;
- teria havido violação aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade quando da fixação do valor da multa.

Requeru a reforma da decisão pois não foi constatado dano ambiental e por que a multa deveria ser fixada no mínimo legal. Subsidiariamente, requereu que seja a multa fixada no patamar mínimo e convertida em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

É a síntese do relatório.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Os fundamentos apresentados pela Recorrente não se prestam a descaracterizar a infração cometida. Senão, vejamos.

### **II.1. DA INFRAÇÃO. DANO AUSÊNCIA. NULIDADE. INDEFERIMENTO.**

Alegou a Recorrente que deverão ser anulados os atos administrativos praticados já que não houve dano ambiental e que não seria suficiente o enquadramento da conduta em tipo infracional, sem subsídio técnico.



Absolutamente descabida a afirmativa, uma vez que **o dano ambiental sequer integra o tipo infracional** em que foi autuada, do artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008: ***Descumprir determinação ou deliberação do COPAM.***

Portanto, pouco importa, para a configuração desta infração, que tenha havido dano ambiental, bastando que a conduta praticada se amolde ao tipo.

No caso em tela, a Recorrente não entregou as DCPs dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, descumprindo o disposto no artigo 39, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008:

*O responsável por fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas deve apresentar ao órgão ambiental competente, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.*

*§ 1º A declaração referida no caput deste artigo deverá seguir o modelo constante do anexo único, sendo que para cada tipologia o COPAM poderá exigir parâmetros específicos.*

*§ 2º Para as fontes potencial ou efetivamente poluidoras das águas enquadrados nas classes 5 e 6 a declaração deverá ser apresentada anualmente; para as enquadradas nas classes 3 e 4, a declaração deverá ser apresentada a cada dois anos.”*

Desta forma, não será acolhido o argumento de nulidade dos atos administrativos.

## **II.2. DA PENALIDADE. PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE. LEGALIDADE. INDEFERIMENTO.**

Sustentou a Recorrente que a multa aplicada afrontaria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, tendo sido fixada muito acima do patamar mínimo.

Novamente carece de razão.

O valor de multa de R\$83.074,72 **corresponde ao patamar mínimo** estabelecido **para a infração gravíssima** praticada por empreendimento de **grande porte** na Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.349/2016, que dispõe sobre a correção anual dos valores das multas aplicadas às infrações ambientais por descumprimento das normas previstas no Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Finalmente, não será acolhido o pedido de substituição da multa por prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, uma vez que o artigo 114, do Decreto nº 47.383/2018, que previa tal possibilidade a nível estadual, foi revogado pelo Decreto nº 47.772/2019. [\[1\]](#)

Por conseguinte, analisados todos os argumentos trazidos pela Recorrente, conclui-se que praticou a infração prevista no artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº

44.844/2008, ao deixar de apresentar a DCP de 2016, ano base 2015. Sugere-se a manutenção da decisão proferida, nos seus exatos termos.

### III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados pela Recorrente quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa**, com fundamento no artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer.

**Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**

**Analista Ambiental – MASP 1059325-9**

---

[1] Art. 114 - (Revogado pelo art. 18 do Decreto nº 47.772, de 2/12/2019, com produção de efeitos a partir da publicação do ato a que se refere o parágrafo único do art. 14.)

Dispositivo revogado:

"Art. 114 - A autoridade competente poderá converter o valor da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, através de celebração do Termo de Compromisso para Conversão de Multa - TCCM -, a requerimento do interessado, devendo ser apresentado quando da interposição de defesa administrativa.

§ 1º - Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade competente deverá, em uma única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§ 2º - A conversão prevista no *caput* deve ser homologada pelo Copam."



Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda, Servidor(a) Público(a)**, em 01/07/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **91460118** e o código CRC **11F5240C**.